



PROJETO DE LEI ORDINÁRIANº 69/2023

ConcedeTítulo de Cidadão Paraibanoao Dr. Antônio Roberto de Araújo Souza.- **Parecer pelaCONSTITUCIONALIDADE.**

- Projeto de Lei que visa conceder o título de cidadão paraibano ao DR. Antônio Roberto de Araújo Souza.
- A personalidade homenageada é mestre e doutorando na área de educação; tendo prestado relevantes serviços para a educação pública e privada da Paraíba. Atualmente ocupa o cargo de Secretário de Educação do Estado da Paraíba.
- Inexistindo impedimentos legais que incidam sobre a tramitação damatéria, bem como diante de seu qualificado currículo, entendemos que tais elementos conferem à personalidade em questão mérito e legitimidade suficientes para o recebimento da presente honraria.

AUTOR (A): DEP. WILSON FILHO

RELATOR (A): DEP. JOÃO GONÇALVES

PARECER -- N° 068 /2023

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e elaboração de parecer técnico o **Projeto de Lei Ordinária nº 69/2023**, de autoria do **DeputadoWilson Filho**,o qual concede o título de cidadania paraibana ao Dr. Antônio Roberto de Araújo Souza, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba.

A matéria constou no expediente.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.





II - VOTO DO RELATOR

De início, e nos termos do a**rt. 31, inciso I, do Regimento Interno** desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Em sua justificativa, o Deputado autor da propositura traz um pequeno resumo sobre a pessoa a ser agraciada, destacando seus feitos pessoais e profissionais que a tornam merecedora da referida honraria. A personalidade homenageada é mestre e doutorando na área de educação; tendo prestado relevantes serviços para a educação pública e privada da Paraíba. Atualmente ocupa o cargo de Secretário de Educação do Estado da Paraíba

Quanto à análise de seus pressupostos jurídico-constitucionais, temos que a propositura <u>não contraria</u> qualquer dispositivo constitucional ou infraconstitucional vigente. Inexistindo, portanto, óbice para sua regular tramitação.

Ainda no contexto da análise técnica dos pressupostos da propositura em questão, no que tange à legalidade, vale ressaltar que o título de cidadania paraibana foi instituído pela Resolução da Presidência da ALPB nº 315/1969. Onde se estabelece que esta honraria será concedida por meio de Projeto de Lei, podendo ser apresentado individualmente pelo parlamentar.

Dispõe a referida norma que a propositura deverá trazer, entre outros requisitos, o <u>currículo</u> da pessoa a ser homenageada, onde constem os citados relevantes serviços prestados ao Estado.

Destarte, inexistindo impedimentos legais que incidam sobre a tramitação damatéria, bem como diante de seu qualificado currículo, entendemos que tais elementos conferem à personalidade em questão mérito e legitimidade suficientes para o recebimentoda presente honraria.





Portanto, diante das razões jurídicas acima demonstradas, esta relatoria vota pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei Ordinária nº 69/2023.

É como voto.

Dep João Gonçalv

RELATOR

Sala das Comissões, em 15 de março de 2023.





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redaçãoopina, por unanimidade,pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei Ordinária nº 69/2023, nos termos do voto da relatoria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de março de 2023.

DEP. WILSON FILHO PRESIDENTE

DEP. CAMILA TOSCANO

Membro

DEP.EDUARDO CARNEIRO

MEMBRO

DEP. TACIANO DINIZ

MEMBRO

DEP. CHICO MENDES MEMBRO

DEP. FELIPE LEITÃO

Membro

MEMBRO